



Assembléia Legislativa

Ao Presidente da Comissão de
Adm. Pública
para os devidos fins.

Em 06/12/16

Conceição de Maria Lagoa Rodrigues
Chefe do Núcleo Comissões Técnicas

Ao Deputado Juliano

para relatar.

Em 21/12/16

Presidente Comissão de Administração Pública



ESTADO DO PIAUÍ
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DEPUTADA JULIANA MORAES SOUZA

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E POLÍTICA SOCIAL

PARECER

DO PROJETO DE LEI 41 DE 13 DE ABRIL DE 2016, QUE:

DISPÕE SOBRE O DIREITO AO ALEITAMENTO
MATERNO NOS ESTABELECIMENTOS PÚBLICOS
OU PRIVADOS NO ESTADO DO PIAUÍ E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS.

RELATORA: DEP. JULIANA MORAIS SOUZA

I – RELATÓRIO

A presente proposição versa sobre o direito da criança ao aleitamento materno nos estabelecimentos de uso coletivo, públicos ou privados no âmbito do estado do Piauí.

O autor, Dep. Marden Menezes, ressaltou os inúmeros benefícios que serão proporcionados com a edição dessa novel lei no ordenamento jurídico do Estado. Salientou, também, que essa situação foi comprovada através de estudos da relação entre a amamentação e a diminuição nas taxas de mortalidade, morbidade e frequência de doenças que afligem às crianças.

Além disso, viu-se que esse projeto de lei tramitou pela Comissão de Constituição e Justiça tendo sido aprovado por unanimidade chegando a esta Comissão de Administração Pública e Política Social para emitir parecer nos termos regimentais.

É o relatório.

II – VOTO DA RELATORA

Feitas essas considerações, passo a emitir parecer conforme determinado pelos artigos 61, 137, 138 e 139 do Regimento Interno.

É importante frisar que a proposição sob exame foi aprovada à unanimidade pela CCJ, onde, ao final, restou demonstrada a sua constitucionalidade e legalidade.

Outrossim, também verifico não existir óbice em relação a seu aspecto administrativo e político social, por entender, da mesma forma, a necessidade de se garantir esse direito que é de livre-arbítrio da lactante. Trata-se do direito da mãe de escolher o local onde o seu bebê será amamentado, não o estabelecimento ou alguma outra pessoa o fazê-lo.

Portanto, tendo sopesado todos esses argumentos, manifesto-me pela aprovação da proposição sob exame.

É o parecer.

III - PARECER DA COMISSÃO

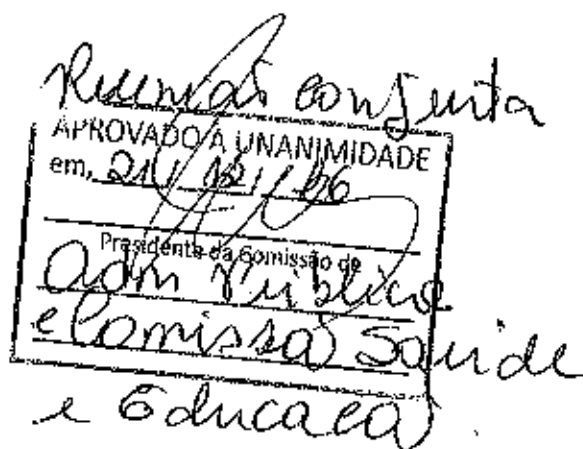
Em discussão, em votação:

Pela aprovação ()

Pela rejeição ()

SALA DAS COMISSÕES TÉCNICAS DA ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA DO ESTADO DO PIAUÍ, Teresina, 15 de dezembro de 2016.

Dep. JULIANA MORAES SOUZA
Relatora



Wilton Frazão

[Assinaturas]